

Resenhas de Livros

***O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*, organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho e Aureanice de Mello Corrêa, Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE e FAPERJ, 2008, vol 1, p. 444, vol 2, p. 446. ISBN Vol I, 978-85-98271-57-6, Vol II, 978-85-98271-58-3.**

A coletânea de artigos “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas”, apresentada em dois volumes, foi organizada pelos professores/pesquisadores Marcio Piñon de Oliveira¹, Maria Célia Nunes Coelho² e Aureanice de Mello Corrêa³.

Os textos que compõem esses volumes foram apresentados nas mesas redondas do VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), em setembro de 2007. O evento contou com o apoio de outras universidades do estado que possuem programas de pós-graduação em geografia⁴, outras instituições⁵ e agências de fomento⁶.

Entendendo que o tema proposto pelo VII Encontro da ANPEGE abriu caminho para apresentar a produção acadêmica recente em geografia no Brasil, a presente resenha analisa os artigos de ambos os volumes e discute essa produção a partir de dois eixos: 1) a produção acadêmica a partir dos cursos de pós-graduação; 2) a diversidade temática da produção geográfica brasileira, considerando ainda os temas não contemplados na coletânea. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre as novas tendências da academia e algumas lacunas da produção acadêmica identificadas a partir da organização do VII Encontro da ANPEGE, também expressas nos dois volumes analisados.

O texto inicial de Edward Soja, referente à conferência de abertura, relata como a geografia o seduziu e foi importante para a formação de seu olhar para a realidade. Além das conferências dos convidados internacionais, outro elemento a ser considerado para discutirmos as influências estrangeiras são as referências bibliográficas apresentadas nos artigos.

Sobre a Distribuição Espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil

Os cursos de pós-graduação resultam dos esforços de aperfeiçoamento, não restritos ao centro-sul do país, de formar pessoal apto a analisar, interpretar e explicar as realidades nacionais, regionais e locais por meio da ciência geográfica. No que se refere à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil – totalizando 41 programas, segundo dados fornecidos pela CAPES em 2010 –, esses dois volumes revelam ainda a manutenção de uma forte concentração dos cursos de pós-graduação na região Sudeste do país, onde existem 14 programas reconhecidos ao todo, com quatro deles em andamento no Estado do Rio de Janeiro, todos na capital e região metropolitana; três em Minas Gerais e um no Espírito Santo. São Paulo, com seis programas, destaca-se por ser o único dos estados do Sudeste com cursos de pós-graduação na capital e no interior. O mesmo fenômeno se repete no Paraná, onde seis programas estão distribuídos entre a

capital e o interior. O Estado do Rio Grande do Sul conta com três programas, um dos quais é realizado no interior. Santa Catarina possui apenas um curso oferecido na capital.

A grande maioria dos cursos de pós-graduação em geografia ainda se concentra nas capitais ou cidades da região metropolitana, mantendo a lógica da concentração. Nas demais regiões do país, três cursos são oferecidos na região Norte (Amazonas, Pará e Rondônia); sete no Nordeste (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará); e sete no Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal).

Se considerarmos o nível de doutorado, os números ficam ainda mais concentrados no Sudeste. Ao todo existem 18 cursos de doutorado em geografia no Brasil: três no Nordeste, um no Centro-Oeste, quatro no Sul e dez no Sudeste. A região amazônica além de apresentar poucos cursos de mestrado não apresenta nenhum curso de doutorado. Tais dados nos demonstram a ineficiência ou até mesmo a falta de políticas públicas para descentralizar a produção científica e a formação de mão de obra qualificada da região mais concentrada e industrializada do país.

Do total de 53 artigos contidos no livro produzido pela ANPEGE em 2007, 23 são de pesquisadores de universidades fluminenses e 14 foram escritos por pesquisadores paulistas, enquanto as demais regiões tiveram artigos de 2-3 pesquisadores selecionados. A coletânea incluiu ainda três pesquisadores que não participam de programas de pós-graduação em geografia, porém contribuem de forma significativa com suas pesquisas para o debate geográfico nacional, no caso de Rodrigo Valente Serra⁷ e Fabio Betioli Contel⁸, e para o debate latino-americano, no caso de Ana Clara Torres Ribeiro⁹.

Após esta análise quantitativa, passamos a uma análise qualitativa, em que buscamos identificar quais temas se sobressaem na atualidade e quais ainda buscam seus espaços na produção geográfica nacional.

Diversidade Temática da Produção Geográfica

Na análise sobre a diversidade da produção geográfica brasileira a partir dos textos produzidos e apresentados no VII Encontro da ANPEGE, sistematizamos as sessões em seis segmentos temáticos: reflexões teórico-metodológicas; contribuições sobre natureza e meio ambiente; a questão regional; geografia urbana; geografia agrária e geografia cultural. Esse exercício de reagrupamentos das sessões temáticas do encontro buscou redirecionar a análise dos textos acadêmicos a eixos mais restritos do pensamento geográfico.

Os Desafios Teórico-Metodológicos da Geografia

A discussão sobre os desafios teórico-metodológicos na geografia abre o primeiro volume com artigos de Ruy Moreira e Pedro Pinchar Geiger. Fabio Contel, Álvaro Luiz Heidrich e Eliseu Sérgio Spósito discutem as empirias da espacialidade. Heidrich trata especialmente da relação entre espaço mundial e território nacional, e o modo como as influências das dinâmicas da mundialização podem provocar instabilidades à territorialidade e a estruturação do espaço nacional. Spósito, à luz das teorias de David Harvey e Samir Amin, busca explicar o papel dos agentes das ações sobre o espaço e o papel da América Latina nas dinâmicas econômicas do processo de mundialização do

capital. Contel apresenta uma leitura geográfica da evolução do sistema financeiro brasileiro, pouco explorada pela geografia brasileira até então.

Na sessão *Espaço e Movimentos Sociais*, os autores buscaram teorizar sobre a categoria movimentos sociais no contexto geográfico. Trata-se de um tema ainda incipiente na geografia brasileira e que, desde a década de 1990, vem sendo cada vez mais abordado, suscitando intensos debates dentro e fora desse ramo da ciência.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro aponta a necessidade de um diálogo entre as disciplinas para melhor analisarmos o período histórico atual. Além disso, não nos deixa negligenciar os contextos sócio-espaciais e temporais. Ao contrário, chama atenção para o risco de uma análise descritiva das conjunturas locais. Marcelo Lopes de Souza, apoiado também na necessidade de um diálogo entre disciplinas, em seu texto “Ativismos Sociais e Espaço Urbano: Um Panorama Conciso da Produção Intelectual Brasileira”, promove um balanço da produção acadêmica sobre ativismo social no Brasil, já discutida em seus livros “Mudar a Cidade” e “Prisão e Ágora”. Por outro lado, enfatizando a luta pela terra no campo, Bernardo Mançano Fernandes dá continuidade à construção teórica iniciada com suas análises empíricas sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em “Gênese e Desenvolvimento do MST” e “A Formação do MST no Brasil”, que busca reconceituar a categoria *movimentos sociais* a partir de uma análise geográfica, ou melhor, do conceito de *movimento socioterritorial*.

A Contribuição Geográfica Sobre Natureza e Meio Ambiente

Pode-se dizer que a geografia brasileira não negligencia a discussão ambiental. Esta encontra-se bastante avançada do ponto de vista teórico, e principalmente demonstra o quanto os geógrafos atuais dialogam com pesquisadores de outros campos do conhecimento, entre os quais sociologia, política e economia, valorizando as questões sociais no debate sobre natureza e meio ambiente. A preocupação com as questões ambientais foram contempladas em quatro sessões distintas, cada qual iluminando um prisma do mesmo objeto.

A primeira das sessões, referente à questão ambiental, trás ao foco as questões político-econômicas dos recursos naturais. Discute os problemas geopolíticos em torno da produção energética no Brasil e na América Latina, sem deixar de considerar o papel das grandes empresas exploradoras dos recursos naturais, que se apropriam dos discursos do desenvolvimento sustentável para prosseguir com suas atividades. Com a participação de três geógrafos e um economista, essa sessão provocou acalorada discussão, visto que não há consensos quando se trata de interesses político-econômicos.

O artigo de Carlos Walter Porto Gonçalves abre a sessão sobre natureza e meio ambiente. Parte da crítica à obra cinematográfica *hollywoodiana*, dirigida pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e apresenta *uma outra verdade inconveniente* sobre o aquecimento global. Porto Gonçalves analisa o aquecimento global a partir da sua apropriação por setores que até agora se caracterizaram por desqualificar todos aqueles que denunciam o problema, bem como apresenta os fatores pelos quais esses setores mudaram de posição.

Gisela Aquino Pires do Rio apresenta o texto intitulado “Gestão de Águas: Um Desafio Geoinstitucional”. Nele, aponta o papel dos dispositivos regulatórios institucionais e da crescente importância desses dispositivos nas últimas duas décadas, naquilo que se refere à gestão das redes de infraestrutura, em especial da rede distribuidora de água nas cidades, que se encontra em crescente expansão. Para a autora, “a noção de superfície de regulação é apenas uma das possibilidades de explicar a complexidade das relações econômicas e sociais, bem como os limites da naturalização fundadora de território” (p.235).

Ainda com o foco nas questões político-econômicas dos recursos naturais, Maria Célia Nunes Coelho enfatiza a produção mineral na Amazônia, ressaltando o papel desestruturador/reestruturador exercido pela atividade mineradora industrial (manganês, bauxita e ferro) no território amazônico, em particular na Amazônia Oriental, envolvendo parte dos Estados do Pará, Maranhão e Amapá. A autora questiona até que ponto os corredores de mineração dinamizaram e integraram as economias locais. As dinâmicas são analisadas considerando os seguintes critérios: criação de corredores e mercadorias; instalação de redes de comunicação, transporte e energia; criação de novos municípios; e estágio atual da dinâmica da organização espacial/regional. Ao final, aponta as repercussões no meio ambiente.

Por último, integrou a sessão o artigo do economista Rodrigo Valente Serra, que constitui uma denúncia. Ele critica a falta de controle sobre os recursos dos *royalties* e participações especiais oriundos da produção petrolífera. Para o autor, “as impropriedades nas regras de rateio das rendas petrolíferas, (...) somadas às vacilantes normas para sua aplicação, produzem uma nova maldição ou uma grande armadilha – a armadilha da desmesurada e desregulada descentralização das rendas petrolíferas”(p.252-253) Neste e em outros artigos, Serra ressalta a necessidade de ampliar o debate acerca de eventuais aprimoramentos da norma de rateio e aplicação dos *royalties* do petróleo. Caso contrário, a saída compensatória, via *royalties*, tende a provocar iniquidades ainda maiores.

Em um segundo momento, na sessão sobre *Espacialidades Contemporâneas e Mudanças Locais e Globais*, os autores demonstram de forma mais direta como a produção inadequada dos recursos naturais em escala local – a exemplo da plantação de monoculturas de árvores no Sul do Brasil – está associada a efeitos climáticos globais que se expressam novamente na escala local. Nessa sessão, os autores demonstram como o jogo das escalas (ou seja, a análise multiescalar) se faz necessário para compreendermos a problemática ambiental da sociedade contemporânea na perspectiva da análise espacial.

Apoiada na economia ecológica de Martinez-Alier, Dirce Maria Antunes Suertegaray descreve o modo como os conflitos ecológicos distributivos provocados por grandes corporações transnacionais produtoras de eucalipto no Rio Grande do Sul alteram a paisagem natural e a gestão territorial. Em seu artigo “Mudanças Climáticas Globais: Um Enredo Entre a Tragédia e a Farsa”, João Lima Sant’Anna Neto relata a existência de uma luta epistêmica entre várias instituições ambientalistas globais para comprovar as razões do aquecimento global, cuja importância está ou não na necessidade de se redefinir as regulações sobre os recursos naturais. Francisco Mendonça demonstrou a mesma linha, de forma empírica, com o exemplo da evolução térmica e pluviométrica ocorrida na região Sul do Brasil, e com o aquecimento global que vem alterando as dinâmicas naturais

regionais. Desse modo, o autor promove a todo momento uma inter-relação entre os fenômenos nas escalas global, regional e local.

Em mais uma sessão, a *Espacialidade Contemporânea* e a *Questão Ambiental* são colocadas no centro dos debates dos geógrafos nacionais. Nessa sessão, os autores abordam processos atuais, como grandes fenômenos “naturais” e impactos de objetos técnico-científicos, que nos levam ao debate da relação existente entre sociedade e natureza.

O artigo de Antonio Carlos Vitte descreve a influência da filosofia clássica e contemporânea, e de geógrafos renomados, como David Harvey, em sua base conceitual para compreender as transformações e os fenômenos *socionaturais* vivenciados recentemente (grandes furacões, derretimento de geleiras, vírus letais que se tornam pandemias etc.). Isso representa mais um esforço em sua carreira voltada para a construção de uma epistemologia pautada particularmente nos preceitos de uma geografia física. Archimedes Perez Filho, partindo de uma abordagem sistêmica e do conceito de geossistemas, analisa os impactos ambientais resultantes da construção da barragem da hidrelétrica de Ilha Solteira. Na tentativa de promover uma visão crítica sobre o antagonismo existente entre a geografia física e a humana, Cristina H. R. R. Augustin aborda como a geografia física vem desenvolvendo seus estudos e pesquisas na atualidade, destacando sua relevância para sociedade atual.

Por fim, a sessão intitulada *Espacialidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento* fecha o debate referente à questão ambiental, discutindo na noção de desenvolvimento sustentável uma noção questionável e bastante utilizada por geógrafos, mas pouco debatida no âmbito da geografia brasileira.

Com importantes contribuições ao presente debate, João Rua no texto “Desenvolvimento e Sustentabilidades: Uma Perspectiva Geográfica” dá continuidade a sua construção do conceito de ambiente inserido na teoria social e crítica de bases geográficas, na tentativa de regenerá-lo para compreender as questões impostas ao mundo contemporâneo. Dessa forma, o autor reforça “a impossibilidade de discutir desenvolvimento e sustentabilidade sem buscar suas âncoras espaciais”, ou seja, sem apontar as desigualdades geográficas que envolvem o desenvolvimento e a sustentabilidade, como defende David Harvey.

Relacionando globalização econômica, desenvolvimento e sustentabilidade, Ricardo Castillo nos mostra que a lógica do agronegócio, da região competitiva e da logística moderna encontram-se totalmente desvinculadas da noção de sustentabilidade, embora essa noção esteja inserida no discurso hegemônico do grande capital. O colombiano Carlos Mario Yory discute o desenvolvimento urbano sustentável no contexto da globalização, destacando a América Latina. Além disso, o autor propõe a utilização do conceito de topofilia de Tuan, compreendido na teoria do lugar, para construção de habitações dignas e sustentáveis.

A Questão Regional é Ainda uma Questão?

A partir da leitura da produção apresentada na ANPEGE, conclui-se que a questão regional permanece desamparada pela geografia brasileira. Apenas uma sessão expôs como elemento central as espacialidades político-regionais e os desafios teórico-metodológicos. Nessa sessão, somente dois artigos foram incluídos. Um deles, de Lisandra Pereira Lamoso, intitulado “Um Ensaio Sobre a Região e Regionalização: Desafios

Epistemológicos e Políticos”, retoma o debate sobre a região natural e a divisão regional brasileira, considerando o processo de regionalização com ênfase na formação dos blocos econômicos globais. Ainda sobre a questão regional, o artigo de Gilberto de Miranda Rocha – um dos dois geógrafos a representar a produção acadêmica da Amazônia – discute as interpretações geográficas sobre a divisão político-administrativa dos municípios brasileiros com ênfase no processo ocorrido no Estado do Pará, na década de 1980.

O recorte regional foi retomado na sessão *América Latina – temporalidades e territorialidades*. Aqui, a América Latina foi o tema central das obras e a região foi abordada a partir das análises de Maria Laura Silveira, com o artigo “América Latina: Por uma Pluralidade de Impactos Territoriais”; Claudio A.G.Egler, em “As Américas: Singularidades de um Continente”; e Álvaro Lopes Gallero. Silveira partiu do pressuposto de que o uso do território define-se pela implantação de infraestruturas ou sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade, e enfatiza os princípios de solidariedade de territórios usados. Egler parte de três objetivos, que ele mesmo considerou ambiciosos: a) reafirmar a relevância da geoeconomia nas análises não só da conjuntura atual de mundialização financeira como também dos processos históricos que contribuíram para desenhar os contornos básicos de sua estrutura espacial; b) realçar a importância dos estudos sobre as instituições, vistas como as normas, regras e costumes – implícitas e explícitas – que regulam as relações sociais em determinado período histórico e espaço geográfico definido (i. é., contribuem para delimitar e organizar territórios); e c) mais pragmático, diz respeito ao debate sobre a América em que vivemos e o projeto de futuro a ser construído, pois estamos presos ao dilema entre as raízes na latinidade e a orientação estratégica para o sul. Por último, o uruguaio Gallero em “Uruguay: Nuevos Tiempos y Nuevas Territorialidades” (“Uruguai: Novos Tempos e Novas Territorialidades”) nos retrata um quadro panorâmico da situação econômica, inserção na economia mundial e gestão pública no território do Uruguai.

Geografia Urbana no Brasil Contemporâneo

A geografia urbana foi contemplada com pelo menos cinco sessões: 1) *Espacialidades e dilemas das sociedades contemporâneas*; 2) *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização na América Latina*; 3) *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*; 4) *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização*; e 5) *Espaço público no mundo contemporâneo*.

A primeira sessão apresentou as conferências dos professores Jacques Levy e Rogério Haesbaert. Levy, no artigo “Os Poderes do Habitar: O Indivíduo Contemporâneo e A Globalização”, problematiza o poder do habitar na contemporaneidade. Afirma que “a dupla diversidade dos lugares e dos indivíduos não fica ameaçada pela globalização – ao contrário”. Assim, transformar o mundo em lugares é tarefa de quem habita no mundo. O artigo de Haesbaert, “Sociedades Biopolíticas de Insegurança e de Des-controles dos Territórios”, analisa a ambiguidade vivenciada pela “sociedade da segurança”: o controle de processos sociais mediante o controle do território. Ambas as conferências demonstraram a preocupação dos geógrafos com as questões impostas pelo processo de globalização: o viver num mundo cujo controle dos territórios está sendo justificado pelo discurso da segurança.

A segunda sessão, *Urbanização das sociedades e espacialidades da urbanização da América Latina*, partiu do geral para o específico. Ana Fani Alessandri Carlos inicia seu texto com uma hipótese: “Como tendência, o urbano é o modo pelo qual a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade” (p.50). Maria Encarnação Sposito afirma que “A constituição da sociedade urbana atinge, hoje, sua posição mais avançada” (p.62), orientando, assim, a leitura para a compreensão de fatos que vêm ocorrendo nas cidades e do papel da geografia urbana na elaboração de uma leitura desse processo. A contribuição de Ester Limonard para a sessão partiu de múltiplas indagações com objetivo de “...tecer considerações de cunho teórico-metodológico e buscar elementos que subsidiem a compreensão das tendências recentes da urbanização latino-americana” (p. 75). Pablo Ciccolella abre seu texto com uma citação de Jorge Luis Borges “...y ahora la ciudad es un plano de mis humillaciones y fracasos...” (p. 88) para discutir “Aportes para uma geografia crítica de la ciudad latinoamericana” .

A terceira sessão no âmbito da geografia urbana, *Espacialidades urbanas: ordenamento e governabilidade*, foi composta pelos artigos “Ordenamento Urbano e Gestão Territorial: Impasses”, de Amélia Damiani; “O Consumo do Espaço do Consumo”, de Silvana Pintaldi; “Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares”, de Roberto Luiz de Melo Monte-Mór; e “Cidades Ingovernáveis”, de José Borzacchiello da Silva.

A sessão *Espacialidades urbanas: escalas e dilemas da urbanização* trouxe a discussão atual da problemática das cidades médias, por Beatriz Ribeiro Soares; a questão da urbanização na Amazônia, analisada por José Aldemir de Oliveira; o reordenamento do espaço urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro ditado pelas dinâmicas territoriais, numa contribuição de Floriano José Godinho de Oliveira; e, por fim, Ulisses da Silva Fernandes nos brindou com uma análise de menor escala ao discutir a natureza monumental do Hotel Copacabana Palace, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Na sessão intitulada *Espaço público no mundo contemporâneo*, os autores Ângelo Serpa, Arlete Moisés Rodrigues, Eduardo Yázigi e Cátia Antônia da Silva problematizaram as apropriações do espaço público, enfatizando-o na cidade contemporânea. Assim, o espaço urbano é, mais uma vez, o protagonista de uma sessão.

Contribuições sobre a Espacialidade Agrária Brasileira

Uma única sessão foi dedicada à geografia agrária: *Espacialidade Agrária*. No entanto, esse campo da geografia tangencia outros temas, como a questão ambiental e os movimentos sociais. Todos os autores optaram por analisar casos nacionais, porém com diferentes temáticas e abordagens para demonstrar a complexidade da realidade do campo brasileiro. Dos cinco textos desse eixo temático, dois utilizaram como caso analítico a Amazônia brasileira. Jacob Binsztok e Ana Maria de Souza Bicalho apresentaram dois panoramas bem distintos da produção familiar amazônica.

Julia Adão Bernardes participou da sessão com o texto “Crise no Agronegócio: Novas Ações, Novos Tempos, Novas Territorialidades”, e Antônio Thomaz Júnior, com o artigo “Novos Arranjos Territoriais e Velhos Dilemas Para o Trabalho no Campo, no Brasil, no século XXI”. Ambos os autores demonstraram empiricamente, exemplificando Mato Grosso e São Paulo, como a produção capitalista do espaço promovida pelos vários tipos de

agronegócio vem provocando reestruturações e impactos significativos no território nacional no que tange às formas de uso e apropriação da terra, relações de trabalho, exclusão de grupos e classes sociais e modificação das paisagens originais.

Por fim, no artigo “Uma Análise Geográfica dos Conflitos no Campo brasileiro”, Paulo Aletejano busca elementos analíticos para compreender os conflitos sociais no campo brasileiro e traça, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um panorama da situação fundiária e da luta pela terra no campo brasileiro, desde meados da década de 1980 até meados da primeira década do século XXI.

Geografia Cultural

A geografia cultural foi contemplada com artigos daqueles que contribuíram para consolidar a temática no Brasil. As espacialidades da cultura têm seus pilares em Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, contando ainda com as colaborações de Paulo Cesar da Costa Gomes e Aurenice de Mello Corrêa. Os textos de Corrêa e Gomes são de cunho conceitual e discutem gêneses de conceitos caros à área da geografia cultural. O primeiro texto traz o conceito de cultura e seu significado para a geografia, no que se refere ao reconhecimento de regiões culturais. O segundo texto discute a importância do conceito de imagem para a análise da realidade. E, por fim, Rosendahl explica o papel do sagrado e como a religião imprime sua marca no lugar. Aurenice Corrêa apresenta a transnacionalização das práticas culturais dos afrodescendentes brasileiros e a expansão para a Argentina. Assim, essa sessão reconhece o caráter dinâmico da cultura e suas expressões no espaço.

Considerações Finais

O tema “O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas” foi pertinente, pois contemplou questões teóricas e conceituais importantes na contemporaneidade, abarcando o exame de casos concretos em várias escalas que, no entanto, carecem de uma base teórica e conceitual mais bem fundamentada. O tema elucidou ainda a necessidade do geógrafo brasileiro olhar além dos limites do território nacional, analisando não só a relação do Brasil com a América Latina e o mundo, mas também entendendo esses recortes escalares como fundamentais para compreendermos muitos dos processos em curso na atualidade. A contribuição de cinco estrangeiros com experiência na abordagem das teorias espaciais contempla, em alguns pontos, o diálogo entre Brasil, América Latina e o mundo, apesar que represente uma abertura tímida da geografia brasileira aos geógrafos estrangeiros, incluindo aqueles fora do eixo Europa-Estados Unidos da América.

Nas análises dos trabalhos apresentados são evidenciadas as poucas relações existentes entre a geografia do Brasil e a geografia de outros países da América Latina, que ainda precisam ser fortalecidas. Não será possível integrar a produção brasileira a sua região sem referenciar as pesquisas dos vizinhos.

Apesar da ocorrência em âmbito nacional um fortalecido teórico-conceitual e das instituições de ensino e pesquisa existentes, a geografia brasileira ainda é intensamente influenciada pelo pensamento anglo-saxão, inglês e americano, com destaque para o

autor David Harvey, e pelos franceses. Há pouco tempo, aceitou influências espanholas, mais especificamente do grupo de professor doutor Horácio Capel, por seu esforço em receber brasileiros em programas de pós-doutorado. No que se refere ao mundo, somente são estabelecidas relações entre os países dos blocos hegemônicos, desconsiderando a produção africana ou asiática. Desconhecemos o que se produz na África ou sobre a África, e tão pouco sobre a Ásia.

Por outro lado, deve-se destacar que este livro, em dois volumes, revela que nas últimas décadas vem se intensificando um maior diálogo entre a geografia e outras ciências sociais, como sociologia, filosofia, economia, planejamento urbano e regional, antropologia. Esse diálogo tem sido acompanhado pelo abandono dos métodos matemático-quantitativos vinculados às ciências exatas. Contudo, tais métodos ainda são de suma importância para os geógrafos, especialmente no âmbito da cartografia, geoprocessamento e geografia física (geomorfologia, geoecologia, geohidrologia, biogeografia etc.). Entretanto, esses eixos temáticos foram pouco abordados ou negligenciados tanto na formulação do encontro como do livro.

Apesar dos pontos ressaltados ao longo dessa resenha, o livro é de grande importância para a geografia brasileira atual, pois consiste num produto significativo do estágio inicial em que se encontra a produção científica geográfica nacional. A produção intelectual dos geógrafos brasileiros vem incorporando um universo analítico e temático bastante amplo e invejável, que fornece novidades teóricas e empíricas extremamente relevantes e acompanha os principais debates científicos em pauta na atualidade. Nesse sentido, nas últimas décadas foram introduzidas ao escopo da geografia novas linhas de pesquisa que nos ajudam a compreender o mundo por meio da análise espacial, em particular a América Latina e o Brasil.

Elis Miranda¹⁰

Luiz Jardim de M. Wanderley¹¹

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Pesquisadora do CNPq.

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia - CREA.

⁶ Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

⁷ Pesquisador do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (RJ).

⁸ Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP). Recebeu Prêmio de Melhor Tese em Geografia no Brasil conferido pelo VII Encontro da ANPEGE. Tese orientada pela prof. Dr^a Maria Laura Silveira.

⁹ Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

¹⁰ Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (SFC/Campos).

¹¹ Geógrafo. Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Percursos Geográficos de Maria do Carmo Corrêa Galvão, organizado por Gisela A Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho, Rio de Janeiro: Lamparina e PPGG/UFRJ, 2009, p. 240. ISBN 978-85-9871-71-2.

É preciso louvar a publicação do livro. Necessário a todos que se dedicam ao estudo da Geografia Agrária e aos interessados pelo Estado do Rio de Janeiro, como recorte espacial para pesquisa; importante aos que valorizam a abordagem integradora da Geografia, sem dicotomias entre os aspectos naturais e sociais; preciso na oportunidade de homenagear uma profissional, cuja obra é muito mais ampla do que os artigos e capítulos de livros reunidos nesta coletânea. De resto, leitura obrigatória para todos.

Maria do Carmo Galvão tem sido, antes de tudo, uma formadora. Seu trabalho como professora, pesquisadora, orientadora e coordenadora constitui esteio fundamental na formação de muitas gerações de geógrafos e no desenvolvimento de núcleos de pesquisa, bem como dos cursos de mestrado/doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua influência marcante na organização e divulgação dos estudos de Geografia Agrária no Brasil é reconhecida por todos.

Para mim, como seu ex-aluno eternamente grato pelos ensinamentos recebidos, é uma honra apresentar essa resenha, dando prosseguimento à homenagem que a obra analisada representa.

A preciosa interação ensino/pesquisa e a importância do trabalho de campo, não como empiria vazia de teoria, mas sim um real pensado, percebido após longas preparações e discussões teóricas sobre aquilo que se buscava com aquela atividade, têm sido preocupações constantes da professora. Nas palavras das organizadoras do livro "... uma prática de pesquisa viva, impregnada por indagações propiciadas no decorrer de sua própria realização ..." (p. 9). O método da pesquisa assim se anunciava: um fazer fazendo, em permanente reelaboração.

Outra preocupação a perpassar toda a obra é o "interesse e empenho por estudos integrados do meio físico e organização social, do ponto de vista geográfico" (p. 118), que é melhor explicitada na discussão levantada sobre o ambiente, antes da ECO-92, embora no mesmo ano. A autora escreve: "Ao tratar e questionar o ambiente, a geografia retoma em cheio sua bagagem e suas origens" (p. 116). Ao explicitar a abrangência conceitual de ambiente (e não meio ambiente) como estímulo à interdisciplinaridade, ela alinha-se ao que havia de mais atual e vanguardista nas discussões sobre ambiente e questões ambientais. Infelizmente, até hoje essa perspectiva não é majoritária – ainda domina uma visão restritiva de ambiente na qual o *meio ambiente* é sinônimo de ambiente físico. Portanto, mais uma vez, o discurso de Maria do Carmo Galvão mostra-se atual e necessário.

Sobretudo a seriedade e responsabilidade profissional, como marcas de sua atuação, servem de modelo a todos que desejam lidar com a Geografia.

Fazer a resenha de um livro tão bem apresentado pelas editoras Gisela Aquino Pires do Rio e Maria Célia Nunes Coelho que, em verdade, na apresentação "O desafio de uma homenagem" já bem efetuam essa ação, enquanto destacam as qualidades da professora e pesquisadora muito justamente colocada como um dos maiores nomes da Geografia brasileira. Pouco escapou a essas queridas colegas, também ex-alunas de Maria do Carmo.

Até da professora “... agarrada à porta da cabine de um caminhão em movimento para explicar a paisagem ao grupo de alunos sentados na carroceria ...” (p. 10) elas falaram... Restou-me aconselhar enfaticamente a leitura do livro, didático na apresentação, mas destacando a simplicidade da linguagem da autora em que se percebe o profundo conhecimento tanto sobre as teorias e métodos relacionados à Geografia Agrária quanto da maneira de utilizá-los na pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro a ocupar a maior parte do livro.

A Obra

O Estado do Rio de Janeiro é fortemente marcado pelos efeitos da metropolização irradiados a partir de seu núcleo metropolitano, a capital, que, ao longo da história, tem vivido bastante desconectada do interior. Os efeitos da metropolização abarcam múltiplas dimensões no espaço geográfico fluminense (naturais, sociais, políticas, econômicas) e se refletem no conjunto do estado (e além dele), criando novas problemáticas geográficas - frutos de tais interações - que, ao serem desvendadas, podem auxiliar a fundir espaços que a história vem separando.. Este assunto é uma das ideias-base desenvolvidas pela autora.

Como se manifestam as transformações espaciais (formais, funcionais e estruturais), incluindo as alterações da paisagem, e como são produzidas as sucessivas geografias que marcam o Estado do Rio de Janeiro? Tais questionamentos atravessam a obra de Maria do Carmo Galvão que ora resenhamos.

Embora enfatize o Estado do Rio de Janeiro (capital e interior), o livro tem seus dois primeiros textos dedicados ao estudo de temáticas brasileiras: “Características da Geografia dos transportes no Brasil” (de 1966) e “Características gerais da geoeconomia e da geopolítica nacionais” (1972). Em ambos, a autora demonstra cabalmente seus conhecimentos sobre a realidade brasileira. No primeiro texto, chama atenção para os equívocos das políticas de transporte encetadas pelos governos de então (infelizmente, tais equívocos permanecem até hoje). Estabelece uma acurada relação entre o ambiente natural e o traçado da rede, relacionando-o com os focos de povoamento, a economia de exportação e o uso extensivo da terra. Tudo muito bem embasado em dados, mapas e tabelas.

No segundo texto, subdividido em vários itens, demonstra acreditar no planejamento que dominava a política espacial do estado autoritário àquela época, destacando ser necessário combater os desequilíbrios regionais através da implantação de políticas de integração nacional e de desenvolvimento de novas vias de circulação.

Os nove textos seguintes versam sobre a Geografia do Rio de Janeiro – cidade, região metropolitana e o estado, como um todo.

No terceiro texto do livro – “Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro” – escrito em 1992 e referindo-se à cidade, a autora faz todo um aprofundamento teórico a respeito da discussão das relações sociedade-natureza pela Geografia. Aí explicita, mais uma vez, sua crítica à forma dualista de perceber tais relações quando o ambiente é reduzido à dimensão físico-material, taxando de equivocada essa concepção. Aponta, a seguir:

Há de se repensar a concepção de ambiente como *produção social* (grifo da autora) que efetivamente é, com todas as interações econômicas, sociais e políticas engendradas pela sociedade no processo de sua construção histórica; repensá-lo em termos de valorização de recursos e qualidade de vida. (p. 69.)

Para a autora, ambiente é, concomitantemente, espaço e tempo, natural e social, entidade concreta e representação. Toda essa reflexão, inserida no pensamento geográfico (ao remeter-se aos fundadores da Geografia acadêmica), é contextualizada na cidade do Rio de Janeiro com a harmonia e os conflitos em seu modelado urbano e a luta pelo espaço que aí se realiza.

O quarto texto, “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”, escrito em 1986, se refere a uma pesquisa sobre as transformações do espaço agrário fluminense sob o impacto da economia urbano-industrial articulada a novas formas de divisão social e territorial do trabalho. Nesse artigo, focaliza a estrutura espacial do Rio de Janeiro, identifica suas contradições e levanta questões para reflexão e debate relacionadas ao papel do Estado como agente modelador do espaço. A autora destaca uma problemática de fundo, que só muito recentemente parece começar a ser ultrapassada, ao escrever:

O Rio de Janeiro foi sempre um espaço dividido: o Estado do Rio de Janeiro cresceu ao lado da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, cidade e estado de mesmo nome constituíram um espaço esgarçado pela pressão de forças e interesses opostos que nem o mercado urbano carioca nem a função metropolitana dessa grande cidade conseguiram integrar.

O artigo seguinte, “A mineração na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma nota geográfica”, o quinto do livro, é de 1992 e está inserido num ciclo de debates do Instituto de Geociências da UFRJ. Focalizando principalmente a indústria oleira, demonstra em perspectiva histórica como se dá a distribuição da matéria-prima necessária a essa indústria; qual é a estrutura socioeconômica do processo produtivo relacionado a essa indústria; e como se expande a mancha urbana, considerada força propulsora e limitadora da atividade oleira. Levanta ainda novos questionamentos e indagações a respeito dessa indústria, bem como a questão habitacional urbana.

O sexto artigo do livro, e quarto texto da série sobre o Rio de Janeiro, trata do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho produzido em 1989, que se refere ao período 1986-1988, tendo como documentos as notícias publicadas em periódicos a respeito das intrincadas discussões políticas sobre a localização desse empreendimento. A autora discute muito bem o emaranhado das disputas entre grupos industriais e políticos, e a definição pela localização junto à baía de Sepetiba naquela ocasião. Ainda não se cogitava a construção do Polo em Itaboraí, o que finalmente acabou acontecendo.

O sétimo artigo discute “A zona industrial antiga do Rio de Janeiro” (de 1965). Nele é demonstrado como se afiguram importantes os fatores de localização fabril na velha cidade e o tipo de indústria que se desenvolveu em cada zona da urbe carioca. Destaca a zona portuária e o bairro de São Cristóvão como localizações iniciais para a grande

indústria. A indústria têxtil aparece disseminada pela cidade. Indústrias mais recentes (para a época) já terão localizações influenciadas pelas ferrovias (que já eram importantes na segunda metade do século XIX) e principalmente pelas rodovias. A perspectiva histórica do estudo permite comparar as localizações fabris antigas com aquelas das indústrias mais recentes, na década de 1960.

O oitavo artigo, também datado de 1965, intitula-se “Os novos eixos de circulação e a transformação da fisionomia urbana do Rio de Janeiro”. A autora destaca a importância da drenagem das baixadas para a expansão do povoamento e da agricultura, e a ocupação dos morros como áreas residenciais. Demonstra como o espaço da metrópole foi sendo construído, baseado na expansão dos meios de transporte, abertura de túneis e construção de novos aterros. Quando a cidade completava 400 anos de existência, Maria do Carmo escreveu:

Com todas as ampliações do espaço urbano, progressos na urbanização e modificações na rede de comunicações, pode-se hoje falar num novo Rio, um Rio que reflete o ritmo de crescimento de sua população e a importância econômica e social de uma grande metrópole.

“Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca” (de 1963) constitui o nono artigo do livro. Pode ser dividido em três partes distintas: as condições naturais em que a agricultura se expande, a evolução da paisagem agrária e a evolução da propriedade. A autora faz um retrospecto histórico das atividades agrícolas nas baixadas, piemonte e serras do então Estado da Guanabara, demonstrando a importância do relevo, do mercado e da especulação imobiliária como fatores determinantes da expansão e recuo da atividade agrícola no atual município do Rio de Janeiro.

O décimo artigo, apresentado no livro “O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha”, baseia-se numa excursão aos municípios de Nova Iguaçu e Itaguaí, no (antigo) Estado do Rio de Janeiro, e aos (então) distritos de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, no Estado da Guanabara. Nele, Maria do Carmo Galvão dá prosseguimento à temática do artigo anterior, desta feita enfatizando o verdadeiro confronto entre as racionalidades rural e urbana na luta pelo espaço em áreas que vêm servindo para a expansão do espaço construído da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O último artigo, “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária”, baseia-se na conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Florianópolis, no ano de 1988. Aqui, Maria do Carmo Galvão chama atenção para o valor intrínseco do trabalho do geógrafo e para o significado de seu rebatimento no plano social (p. 224). Faz um retrospecto dos ganhos metodológicos obtidos pelos Engas até então, e depois critica a forma reducionista como o materialismo, em sua abordagem estruturalista e economicista, estava sendo efetuado na Geografia agrária. Destaca alguns pontos que, concomitantemente à crítica de tal abordagem, apontam direções para onde a investigação deve prosseguir. Apresenta como propostas de discussão esclarecedoras desse rumo: superação do exclusivamente agrário para abranger o rural; superação de preconceitos relativos ao espaço agrário como espaço inerte e sujeito a intromissões ou ações do urbano, em vez de entidade dotada de dinâmica própria, representações autênticas, e capaz também de propor ou criar caminhos para seus pro-

blemas; superação da oposição campo x cidade, como entidades distintas relacionadas apenas em termos de produção e consumo, admitindo-se para sua compreensão e seu estudo referenciais amplos e integradores, e exemplo da concepção de espaço como totalidade ou a perspectiva da percepção; superação de referenciais estruturalistas convencionais e/ou esquemas analíticos tradicionais pelo resgate de abordagens e óticas mais abrangentes –política, gestão do território – fazendo emergir o Estado, a empresa, forças sociais diversas e o próprio espaço, como agentes e atores do processo espacial; superação de problemas referentes a questões de escala; reflexão quanto à prática social da investigação, que implica tornar viáveis ou exequíveis os resultados da pesquisa geográfica.

Esses verdadeiros compromissos de renovação da Geografia Agrária, embasados em ótimo/diversificado referencial bibliográfico, servem como mais um dos muitos legados que Maria do Carmo Galvão nos deixa. Não é necessário concordar com alguns nem com todos eles para refletir e dialogar com tais formulações, ao se pensar sobre a questão agrária e as possíveis contribuições da Geografia Agrária à mesma.

Enfim, a excelente seleção de trabalhos efetuada pelas editoras serve como panorama fiel da obra escrita por Maria do Carmo Galvão, sua maneira de pensar a geografia, o espaço e o trabalho dos geógrafos.

Como dissemos no início, o livro é leitura obrigatória para todos que pensam o fazer geográfico como prática dinâmica e uma das mais necessárias formas de contribuição para a compreensão do mundo em que vivemos.

João Rua

150 anos de Subúrbio Carioca, por Nelson Nóbrega e Márcio Piñon Oliveira, Rio de Janeiro: Editora Lamparina e UFF, 2009, p. 240. EdUFF 978-85-228-0568-6, ISBN 978-85-98271-75-0

Há mais de 40 anos o “subúrbio” carioca espera que se lhe escrevam outras histórias e outras geografias. Os termos “subúrbio” e “suburbano” são estigmatizados desde o princípio do século XX, quando as áreas que designam passaram a abrigar a maior parte da população de mais baixa renda devido ao desenvolvimento de um novo processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Assim, esses termos ganharam uma conotação negativa e são utilizados para fazer referência aos bairros da cidade que se formaram ao longo das linhas férreas e seus moradores.

Embora a geógrafa Maria Therezinha de S. Soares, em meados da década de 1960, tenha chamado atenção para a existência de um “conceito carioca de subúrbio” no Rio de Janeiro (ou seja, que os referidos termos estavam associados a conotações particulares na cidade), acabou adotando ela própria esse conceito ao escrever sobre os “bairros suburbanos” ainda na mesma época. De fato, só com a dissertação de Nelson da Nóbrega Fernandes, em 1995, iniciou-se um processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio”. Em sua dissertação, “*O Rupto Ideológico da Categoria Subúrbio no Rio de Janeiro*” (no prelo), Fernandes nos mostra como a palavra “subúrbio” passou a ser usada fora de seu conceito habitual (áreas distantes do centro da cidade) nessa cidade para denominar uma área ocupada por população de baixa renda. Ou seja, “subúrbio” sofreu

um *rapto ideológico*, que teve por função desvalorizar para dominar as classes sociais cujas moradias estavam localizadas naqueles bairros.

O “conceito carioca de subúrbio” esteve atrelado a uma série de representações negativas associadas a essa área e seus moradores. Estes eram considerados “atrasados”, “de mau gosto”, em oposição às representações positivas associadas à zona Sul carioca, onde até hoje se concentram as camadas de renda superiores, tidas como “modernas” e de “bom gosto”. Tais fatos, nas palavras de Milton Santos, levaram o “subúrbio” carioca a se tornar uma “zona opaca” para os muitos que não conseguiam ver na sua história e geografia algo contrário aos conceitos já tão sedimentados e refletidos numa imagem hegemônica de “região carente, destituída de valor para nossa sociedade, cultura, história e geografia”.

É justamente aquela visão distorcida que “150 anos de subúrbio carioca” vem desconstruir. O livro apresenta oito capítulos de historiadores, geógrafos, sociólogos e um arquiteto, cujos trabalhos foram apresentados num colóquio homônimo realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (Neurb) do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, em 2008. Esse colóquio teve como objetivo lançar um olhar crítico, inter e multidisciplinar sobre os “subúrbios” do Rio de Janeiro.

Um primeiro aspecto do livro a fornecer uma contribuição relevante é mostrar que a área em tela teve sua história e formação muito diferente da visão das variáveis trens-subúrbios-proletários, delineadora da imaginação e do pensamento corrente acerca do “subúrbio” carioca durante muitos anos. A urbanização dessa área também contou com a contribuição fundamental dos bondes, transporte rodoviário, indústria, consumo, seus habitantes e outros agentes públicos e privados. Além disso, o chamado “subúrbio carioca” foi palco de inovações e possui diversidades internas que foram demonstradas ao longo de vários capítulos. Trata-se de fatos que nunca haviam sido evidenciados antes.

O primeiro texto, “Quando os subúrbios eram arrabaldes”, do historiador Almir Chaiban El-Kareh, apresenta relatos de estrangeiros em visita ao Rio de Janeiro no século XIX, descrevendo como os subúrbios da cidade, incluindo bairros das futuras zonas Norte, Sul e suburbana (como Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Glória, Tijuca, São Cristóvão, Catumbi e Engenho Novo, por exemplo), eram procurados por uma população abastada que, desejando escapar do congestionamento e das epidemias do centro, procuravam tais localidades. Nesses arrabaldes (como eram chamados à época), onde se instalaram belíssimas chácaras, residências e hotéis, também chegaram itens de uma moderna infraestrutura, como o transporte por bondes e trens e a iluminação a gás, já em meados daquele século. Aos pobres, restava morar no centro em habitações coletivas ou cortiços.

O trabalho seguinte, do geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes e do historiador e doutor em geografia Alfredo César T. de Oliveira, é intitulado “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista”. O texto traz à luz uma série de novas informações e enfoques não apenas sobre a história do subúrbio e da habitação social no Brasil, mas também sobre a própria história de nosso país. Antes de tudo, evidencia que a política na Primeira República não era totalmente liberal. Nesse contexto, como exceção, teve início o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) que, entre outras ações, começou a construir os primeiros conjun-

tos de habitação social do Brasil. Um desses conjuntos foi erguido às margens da ferrovia e deu origem ao bairro que levou seu nome. A vila Marechal Hermes, assim, era uma espécie de “vitrine” que permanecia sem ser vista. Estando à beira da estrada de ferro mais importante do país, via de ligação Rio-São Paulo, não havia sido reconhecida até então como precursora da habitação social no país. Esse reconhecimento de uma forma geral parece ter ocorrido na “Era Vargas”. O presidente Getúlio Vargas, de fato, deu continuidade ao projeto de Hermes da Fonseca, tanto na década de 1930 como nas décadas de 1940 e 1950 – nessa última fase através dos institutos de pensão. O texto também refuta a ideia de que a obra de Hermes seja comparável à inexpressiva intervenção do prefeito Pereira Passos, não apenas pelo porte como também pelas características intrínsecas.

A seguir, Márcio Piñon de Oliveira em seu texto “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu” mostra como a localização rural de uma fábrica pioneira (ou seja, ligada ao primeiro “surto industrial” do país [1889]) e incorporada principalmente pelo capital bancário teve um papel decisivo na estruturação do espaço do bairro de Bangu, através das estratégias de acumulação capitalista de mesma empresa. É uma contribuição da geografia que mostra a dialética e as sinergias existentes entre a acumulação capitalista da empresa e seu espaço, ambos moldando a trajetória de um e de outro. A localização rural, dentro do então Distrito Federal, levou a companhia a desenvolver uma série de estratégias para garantir força de trabalho, como a construção da Vila Operária, e, com a posterior expansão da malha urbana para o entorno, tornou possível lançar mão da estratégia de alienação de suas propriedades e de urbanização. Esses dois momentos de configuração do espaço são chamados pelo autor de “fábrica-fazenda” e de “cidade-fábrica”.

O arquiteto Antonio José Pedral S. Lins nos mostrou outros aspectos da segregação social dos “subúrbios” (ou seja, da segregação intrabairro) no capítulo intitulado “Ferrovia e segregação espacial no subúrbio”. O autor demonstra como a estrada de ferro contribuiu para dois tipos de segregação no mesmo bairro, usando como exemplo o caso de Quintino Bocaiúva. O desenvolvimento do transporte ferroviário, com o aumento crescente de sua velocidade, levou ao gradeamento e posterior construção de um muro ao longo da linha. Essas barreiras de proteção impossibilitaram a visão do “outro lado” do bairro e levaram à desvalorização dos terrenos ao longo da via. Os terrenos localizados ao longo do muro deixaram de ter uso residencial e passaram a ter usos menos nobres, como a instalação de oficinas, serrarias e outros serviços. Os dois lados do bairro Quintino Bocaiúva também passaram a ter ocupação diferenciada, devido não apenas à separação física mas também à permissão legal para instalação de indústrias ao longo de uma das margens, com consequente desvalorização do local. Assim, os moradores de um lado deixaram de interagir com os vizinhos do outro lado e passaram a frequentar mais outros bairros. Há até quem identifique o outro lado como um bairro distinto. Esse capítulo desconstrói a imagem hegemônica de um “subúrbio” homogêneo e ocupado apenas por pobres.

O quinto capítulo, “A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela”, é de autoria da socióloga e doutora em geografia Maria Lais Pereira da Silva. Com longa trajetória de estudos sobre as favelas cariocas, a autora, neste trabalho, verifica a história da favela no “subúrbio” carioca e as representações a elas associadas.

Relativamente à história das favelas na área “suburbana”, Silva demonstra que esta se baseia em razões estruturais e, portanto, está intimamente relacionada à própria história de expansão da malha urbana para os bairros ali localizados, como de resto ocorreu (e ocorre) também nas demais áreas da cidade. Entretanto, os operários fabris são mais numerosos nas favelas do “subúrbio” carioca do que naquelas da zona Sul, onde predominam os operários da construção civil e os trabalhadores em serviços. Na faixa “suburbana” observa-se também uma grande diferença relativamente às favelas de outras localidades: em geral, não tiveram origem em invasões e sim em loteamentos ilegais, muito precários, em sítios de difícil ocupação e, em alguns casos, originadas pela própria ação do Estado. Sobre as representações das favelas, a autora levanta associações (atraso, pobreza, carência) e dissociações com as de “subúrbio”, refutando sua hipótese inicial de que a favela também tivesse conhecido *um raptó ideológico*, todavia concluindo que existiram apenas *sequestros-relâmpago*, uma vez que a favela já havia surgido como a “parte pecadora” da cidade.

O texto seguinte, da historiadora Laura Antunes Maciel, intitulado “Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”, baseia-se numa diferente análise de material já explorado por outros autores: a imprensa local. Com um olhar diferenciado sobre esses verdadeiros documentos, a autora consegue desconstruir e desmistificar o subúrbio como área homogênea, carente, sem refinamento e sem cultura. Desviando o olhar das matérias reivindicativas de melhoramentos dos jornais de bairros “suburbanos”, que só faziam enfatizar a segregação e a subalternidade dessa área, Maciel revela através de anúncios primorosamente ilustrados um “subúrbio” diversificado, onde havia um comércio variado e fino oferecendo confeitarias e restaurantes como opções de lazer para sua população. Além disso, esses periódicos davam voz a diferentes segmentos de classes existentes nos “subúrbios” (os setores médios e os trabalhadores), bem como às associações (p. ex., o Centro Progressista Suburbano, a Associação Comercial de Madureira e a Academia de Letras Suburbana).

O penúltimo capítulo é de Rolf Ribeiro de Souza, sociólogo e doutor em antropologia. O texto versa sobre “As representações subalternas dos homens suburbanos”. Partindo do princípio de que as relações de gênero não são dadas e sim construídas, Souza descreve como foram estereotipadas e estigmatizadas as relações de gênero dos “suburbanos”, tanto homens como mulheres, detendo-se mais no gênero masculino. Através da literatura, cinema e teledramaturgia, o autor nos mostra a representação do homem suburbano como masculinidade subalterna, pois estava associada a classes sociais dominadas e não hegemônicas e se manifestava sob a forma de *machismo*. Rolf desconstrói também essa imagem.

Por fim, temos o trabalho de Luiz Cláudio Motta Lima, que além de geógrafo e cineasta, é fundador e diretor do Cineclubes Subúrbio em Transe. O título de seu texto é “Rio, zona Norte: um olhar sobre o subúrbio carioca”. Nele, o autor demonstra como aparece uma ambiguidade nas representações do “subúrbio” em *Rio, Zona Norte*, um filme de Nelson Pereira dos Santos. Na maior parte desse filme, o subúrbio é retratado enquanto favela e referido no título como zona Norte, área que na verdade é composta por bairros de classes médias, como Tijuca, Rio Comprido, Grajaú e Vila Izabel. Fora essas ambiguidades já criticadas na época, a análise do filme enfoca a estação Central do Brasil e as linhas de

trens com seu entorno, mostrando também a diversidade do subúrbio, ora retratado como favela, ora como bairro constituído de simpáticas casinhas, e que (devido a técnicas de enquadramento) sempre parece acolhedor para a personagem principal, ao contrário da zona Sul, onde a mesma viveu suas piores desilusões.

O livro organizado por Nelson Fernandes e Márcio Oliveira é um exemplo dos novos caminhos a trilhar para continuar no processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio” e/ou do “rpto ideológico da categoria subúrbio”, eliminar os estereótipos decorrentes e dar aos moradores dessa parte da cidade o “direito ao passado” e a possibilidade de se verem como sujeitos da própria história, ao lado de outros agentes.

Elizabeth Dezouart Cardoso